

ARTIGOS

A BÍBLIA E A INERRÂNCIA

Amin A. Rodor, Th.D.

Coordenador do Seminário Adventista Latino Americano de Teologia
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho
amin.rodor@unasp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A controvérsia sobre a extensão da inerrância bíblica continua viva entre os evangélicos no cenário do debate teológico atual e, como afirma Coleman, o assunto “não quer morrer”¹. A questão, que é considerada por alguns tão importante quanto os debates cristológicos do terceiro e quarto séculos, ou como as disputas soteriológicas do século XVI, tornou-se uma fonte de crescente angústia e divisão na coalizão evangélica. Para os herdeiros da teoria de Warfield, de uma Bíblia perfeita e inerrante, uma linha deve ser traçada entre aqueles que aceitam uma visão plena das Escrituras, e aqueles que não aceitam². Assim, a inerrância se tornou uma insígnia evangélica, sob o conceito de que “é melhor estar dividido pela verdade do que unido pelo erro”³.

Os proponentes desta doutrina relacionam inspiração com inerrância. Eles interpretam a incerteza acerca da inspiração e o declínio na crença da inerrância e do respeito pela própria Bíblia, como uma ameaça para a autoridade bíblica e a certeza religiosa.

Argumentando que “toda a Bíblia é, como Deus, sem qualquer defeito”⁴, os inerrantistas reduzem tudo no registro bíblico a um único nível de inerrância absoluta. Alegam que sem uma sólida plataforma de inerrância é impossível manter uma visão elevada das Escrituras e, que para os cristãos só há uma alternativa: “nós cremos em Cristo e na inerrância bíblica, em ambas – ou em nenhuma”⁵.

Uma vez que os defensores da inerrância nos detalhes advogam que esta crença é a maneira exclusiva de honrar a Escritura, como uma visão elevada de sua autoridade, este artigo tem o propósito básico de investigar a validade desta insistência, e determinar se uma visão da inspiração pode ou não ser elevada sem o apelo a inerrância.

Este estudo está dividido em quatro partes: (1) a primeira parte será uma breve pesquisa sobre as raízes históricas da doutrina da inerrância, tendo em vista que uma clara compreensão de seu pano de fundo é crucial para nossa avaliação; (2) A segunda parte investigará os quatro argumentos – bíblico, histórico, epistemológico e argumento dominó – apresentados pelos inerrantistas, como os maiores obstáculos para uma visão elevada das Escrituras fora da inerrância; (3) A terceira parte tratará do conceito da “visão” elevada da Escritura, à luz dos fenômenos bíblicos; (4) Finalmente, na quarta parte, traremos o sumário e a conclusão.

Vale destacar aqui também a definição de alguns termos: (1) Neste estudo, o termo inerrância será usado geralmente num sentido teológico, no qual a Bíblia “não contém erro de qualquer tipo”⁶, em cada detalhe particular, em todos os assuntos que aborda; (2) A expressão “visão elevada da Escritura” será usada intercambiavelmente com frases como “visão elevada da Autoridade”, “visão elevada da Inspiração”, “visão plena ... visão forte ...”, no mesmo sentido, para descrever alta consideração pela Bíblia como a confiável Palavra de Deus.



2. PANO DE FUNDO DA DOUTRINA DA INERRÂNCIA

Por quase dezoito séculos de História do Cristianismo, a Bíblia havia sido geralmente considerada como sendo, do começo ao fim, a inspirada Palavra de Deus. Contudo, na metade do século XVII, quando a “Idade da Fé” rápida e inesperadamente veio a ser substituída pela “Idade da Razão”, o quadro logo começou a mudar. A pesquisa nas raízes históricas nos levaria a uma grande variedade de nomes, atitudes e abordagens⁷, os quais progressivamente, por meio de diferentes dialéticas “começaram a insistir que não havia nenhuma diferença essencial entre a Bíblia e qualquer outra produção literária”.⁸

Uma abordagem racionalista das Escrituras estava se desenvolvendo, especialmente na Alemanha, com uma grande suspeita quanto ao conceito da inspiração bíblica. Tanto o Antigo como o Novo Testamento eram objeto de crítica baseada nas pressuposições e categorias do movimento filosófico contemporâneo.⁹ O pináculo desta abordagem foi à publicação por Julius Welhausen, de *Prolegomena to the History of Israel* (1878). Aplicando princípios evolucionistas aprendidos tanto de Charles Darwin como de G. W. F. Hegel, Welhausen “reestruturou radicalmente o Antigo Testamento ao tentar demonstrar o desenvolvimento naturalista da fé de Israel”.¹⁰

Progressivamente, por diferentes caminhos, a alta crítica alemã começou a ser introduzida na América¹¹, desafiando o posicionamento da Ortodoxia Protestante quanto à inspiração e autoridade da Escritura. As novas idéias a respeito da Bíblia se tornaram o tema dominante nas igrejas no final da década de 1870.

Diante de tão formidáveis incursões do liberalismo, as fileiras da ortodoxia começaram a ceder.¹² Compreensivelmente, ameaçados por estes assaltos, os evangélicos americanos buscaram conter a erosão da confiança na Bíblia, “ao definir, mais precisamente do que os Reformadores, a natureza da inspiração e autoridade”.¹³ Como D. Hubbard assinala, previsivelmente, eles se voltaram, em busca de ajuda, para Turrentin,¹⁴ o qual havia desenvolvido uma defesa da divindade da Escritura, baseado nos argumentos racionais acerca da natureza da inspiração e de suas implicações. Mas ninguém fez isto com mais persistência e eficácia do que os baluartes de Princeton, Charles Hodge e B.B. Warfield.

Deve ser notado que a obra *Instituto theologiae elenticae*, de Turrentin, na qual o conceito de inerrância é defendido com precisão sistemática, foi o principal livro-texto de teologia sistemática no seminário de Princeton por sessenta anos.¹⁵ Essa obra foi considerada “um dos mais perspicazes livros jamais escrito.”¹⁶ A maioria dos ministros, e por meio deles os membros, da Igreja Presbiteriana haviam sido treinados por décadas a igualar Turrentin, com a Confissão Westminster e os Reformadores. Então, a influência da teologia escolástica de Turrentin sobre a vida do evangelicalismo americano, por meio de Princeton, estava além da avaliação, emergindo claramente na obra de Hodge-Warfield.

Na forte reação contra o liberalismo, Hodge e Warfield refinaram e reinterpretaram a doutrina da inerrância, mantendo suas raízes em Turrentin. O clássico artigo “Inspiração”, publicado no periódico *Presbiterian Review*, em 1881, proveu uma estratégia de combate contra o liberalismo e a alta crítica. Nele, Hodge-Warfield afirmaram que: (1) A Escritura Sagrada é plenária e totalmente inspirada; (2) A Escritura Sagrada é verbalmente inspirada; (3) a Escritura Sagrada é inerrante em todos os assuntos nos quais ela toca; (4) nenhum erro pode ser atribuído ao texto original.

Evidentemente, Hodge-Warfield não estavam simplesmente estabelecendo a visão bíblica da inspiração, mas antes, sua obra era reacionária. Ela fora desenvolvida para refutar os ataques contra a Bíblia, com o especial propósito de conter as correntes de infidelidade. Por conseguinte, eles assumiram uma posição radical a respeito da Escritura, a qual é encontrada em algumas declarações do famoso artigo “Inspiração”: “absolutamente infalível” (p.226); “absolutamente inerrante” (p.227); “sem erro de fato ou doutrinas” (p.228); “expressão inerrante” (p.231); “um registro inerrante” (p.232); “infalível em sua expressão verbal” (p.234); infalibilidade inerrante das palavras” (p.240); “absoluta liberdade de erro em suas declarações” (p.234). Estas declarações mostram como tentativas ortodoxas de reagir contra a heresia ou a descrença, por necessárias que fossem, produziram ultra-reação.

Nos longos séculos de história da Igreja, um extremo freqüentemente tem provocado outro. A história da teologia está repleta de exemplos de “supercrença”, credos além dos que foram estabelecidos pela Escritura. Então, aqui, a história se havia repetido. Os teólogos de Princeton, com a intenção de proteger a Palavra de Deus, enquanto viam os perigos da esquerda, esqueceram os iguais ou maiores perigos da direita.



As tensões sobre o assunto da inerrância da Escritura cresceram nas décadas seguintes, e o conceito de inerrância foi submetido, com a passagem dos anos, a um processo de endurecimento de um teólogo para outro. Alguns argumentaram que a doutrina da inerrância era essencial e necessária.¹⁷ Um crescente número de ministros igualava o postulado da inerrância com a autoridade bíblica, e considerava ambas como sendo inseparáveis. Por conseguinte, eles interpretavam a incerteza a respeito da inerrância como uma declinante reverência pela Bíblia.

Um século após a publicação do famoso artigo de Hodge-Warfield, o debate sobre a inerrância e as exatas implicações da inspiração da Escritura tem continuado vivo entre os modernos teólogos evangélicos. Como R.K. Johnston assinala, “a discussão dentro do evangelicalismo, concernente a inspiração da Escritura, tem costumeiramente focalizado neste ponto: se a Escritura é ou não é inerrante.”¹⁸ De acordo com alguns eruditos, como já indicado anteriormente, a controvérsia é “tão importante quanto as controvérsias cristológicas do quarto século e a controvérsia soteriológica do século dezesseis,”¹⁹ ou de acordo com H.Lindsell, “o Cristianismo evangélico está engajado na maior batalha de sua história.”²⁰

A crescente lista de artigos, ensaios e livros com farta bibliografia em apêndice, indica a tremenda ênfase que tem sido posta no assunto. A palavra-chave inerrância aparece numa posição de muita proeminência. Ela tem sido usada como um instrumento de cisma e divisão no corpo evangélico, a ponto de se desejar excluir das fileiras evangélicas aqueles que não se submetem a este conceito.

Entre os evangélicos, o compromisso com a inspiração da Escritura é um corolário de sua crença na autoridade bíblica. Esse comprometimento tem levado arautos, como F. Schaeffer, Lindsell e C.C. Ryrie, a considerarem uma formulação particular da doutrina da inspiração, a crença na inerrância da Escritura nos detalhes, “a marca d’água dogmática do evangelicalismo”.²¹ Segundo Schaeffer, o “evangelicalismo não é consistentemente evangélico, a menos que seja traçada uma linha entre os que têm uma visão plena da Escritura, e aqueles que não a possuem”.²² C.C.Ryrie,²³ na mesma linha, assinala que inspiração e inerrância estão inseparavelmente vinculadas e ninguém pode manter uma visão elevada da inspiração a menos que inclua a inerrância.

Nossa preocupação básica a seguir é investigar a validade da alegação dos defensores da inerrância, e verificar, como Pinnock²⁴ diz, que direito têm os inerrantistas em argumentar que uma visão da inspiração não pode ser elevada e forte a menos que a inerrância esteja implícita.

2.1. ARGUMENTOS DOS INERRANTISTAS

2.1.1. Argumento escriturístico e histórico

Em quase cada defesa da inerrância bíblica é assumido que a base da doutrina é escriturística, isto é, um conceito ensinado pela própria Bíblia. Os defensores da inerrância, com freqüência e abertamente, alegam que “a bíblia ensina sua própria inerrância”.²⁵

C.C. Ryrie, em sua forte ênfase na importância da inerrância, refere-se a ela como uma doutrina bíblica e conclui que “Cristo ensinou a inerrância assim como também o apóstolo Paulo”.²⁶ Na mesma linha, H. Lindsell afirma que o conceito de inerrância é aceito, não por fazer com que seus defensores se sintam confortáveis, mas “porque é ensinado na Escritura, exatamente como a divindade de Cristo, o nascimento virginal de Cristo e a ressurreição corporal de nosso Senhor dentre os mortos são ensinados na Escritura”.²⁷

De acordo com Ryrie, há três classes de referências bíblicas que testificam da inerrância. A primeira é a classe de versículos que afirmam a confiabilidade de Deus. A segunda envolve versos que enfatizam o caráter permanente das Escrituras completas. Em apoio a esta alegação, Ryrie usa textos tais como Mateus 5:17-18, e envida considerável esforço para provar que o *iota* e o *til*, embora os menores sinais do alfabeto hebraico, desempenham um grande papel no mesmo. Ele então conclui que as promessas do Antigo Testamento são “proferidas com precisão e assim com precisão cumpridas”.²⁸ Adicionalmente, citando João 10:33-36, no qual Jesus afirma que a Escritura não pode ser quebrada, ele alega que “isto só é possível porque a Escritura é verdadeira em cada particularidade e em todas as suas partes”.

A terceira classe de evidências, segundo Ryrie, são aqueles versículos nos quais o argumento empregado é fundamentado em uma palavra ou na forma de uma palavra. Por exemplo: Mateus 22:32 (tempo presente do verbo “ser”); Mateus 22:43-45 (a palavra do



Senhor); Gálatas 3:15,16 (a forma singular da palavra “semente” em contraste com o plural). Então, Ryrie conclui que “naturalmente, se a Bíblia não é inerrante tais argumentos deixam de ter qualquer peso”.²⁹

Contudo, apesar destas alegações, qual é o testemunho da Escritura com referência ao seu próprio caráter? É a inerrância realmente um conceito escriturístico, ou simplesmente uma inerrância traçada por mentes piedosas? Ou, exige a inspiração o conceito da inerrância? Em primeiro lugar, aqueles textos utilizados para sustentar a idéia da inerrância apenas testificam da confiabilidade e inspiração da Bíblia, mas não há reivindicação de inerrância ilimitada, como uma doutrina. Ademais, o argumento de Ryrie baseado “em uma palavra ou na forma de uma palavra,” não é uma verdade universal, uma vez que não tem aplicação geral, e certamente pode ser usado para provar exatamente o oposto. Desta forma, os evangelhos são o maior obstáculo para a doutrina da inerrância.³⁰

Podemos concordar inteiramente com S. T. Davis, de que alguém procuraria em vão por um único texto bíblico que ensine que a Bíblia é inerrante, ou que ela não contém erro em nenhum lugar ou mesmo sobre qualquer assunto. Davis diz: “A Bíblia não ensina a inerrância, nem a inerrância parece estar pressuposta ou implícita pelo que ela faz”.³¹

Adicionalmente, A. F. Harrison, como muitos eruditos³², observa que “é preciso conceder que a própria Bíblia, ao desenvolver sua própria reivindicação de inspiração, não diz nada preciso sobre sua inerrância. Esta permanece como conclusão a que mentes devotas chegaram por causa do caráter divino da Escritura”.³³ L. Morris diz: “a Bíblia não parece jamais reivindicar inerrância para si mesma, pelo menos em termos estabelecidos”.³⁴

De fato, a inerrância não é uma reivindicação formalmente declarada pelas Escrituras em benefício dela própria, ao contrário, é uma inferência do conceito bíblico de inspiração. Uma educação lógica da afirmação bíblica da perfeição de Deus é, portanto, a conclusão do silogismo:

Premissa A – Tudo o que Deus faz é perfeito.

Premissa B – Deus inspirou as Escrituras.

Conclusão – Portanto as Escrituras são perfeitas.³⁵

Para alguns defensores mais sofisticados da inerrância, a idéia é também a conclusão da analogia entre a não pecaminosidade de Cristo e os fenômenos da Escritura. C. Pinnock e C.C. Ryrie, quase nas mesmas palavras, argumentam que o erro não é mais condição para a humanidade do que o pecado o é para a natureza humana de Cristo. “Cristo foi verdadeiramente humano e livre de erro.”³⁶ Evidentemente, a analogia do Cristo divino-humano, como D. M. Beegle a chama, é uma “analogia remota”.³⁷ A razão é que em termos exatos os dois elementos não são paralelos, além do que é possível manter uma crença na não pecaminosidade de Cristo, e ainda aceitar a Escritura como sendo errante em detalhes periféricos.

Quanto à questão de se exigir a inerrância da inspiração, os inerrantistas argumentam que é impossível separá-las e ainda sustentar a autoridade da Bíblia. W.R. Cook observa que, “aquelas doutrinas (inspiração e inerrância) ficam de pé ou caem juntas”.³⁸ J. Warwick Montgomery declara: “notem cuidadosamente que eu não disse meramente que inspiração escriturística e a inerrância não existem separadas uma da outra (i.e. que separá-las resulta não apenas um erro, mas pura e simplesmente em falta de sentido)”.³⁹

Este argumento seria razoável, se baseado numa teoria de inspiração de ditado mecânico, no qual os escritores bíblicos passivamente copiaram exatamente o que Deus sussurrava aos seus ouvidos. Todavia, a Bíblia não reivindica este modelo de inspiração, nem os fenômenos o apóiam. Além disso, como afirma S.T.Davis⁴⁰, nenhum inerrantista hoje admitiria sustentar tal visão da inspiração.

Aqueles que vinculam inspiração com inerrância, e tornam a primeira dependente da segunda, dão a impressão de que uma Bíblia inerrante solucionará todos os problemas da inspiração. Mas isto é improvável, uma vez que um documento inerrante não é necessariamente um documento divinamente inspirado. É possível escrever um texto de matemática ou geometria que não contenha nenhum erro, mas isto não torna estes livros divinamente inspirados.

Uma Escritura inerrante apenas diria que a Escritura não poderia ser acusada de erro, mas isto em si não prova que a Escritura Sagrada seja divinamente inspirada. Para isto, outras categorias e outros tipos de evidências são necessárias. Então, a conclusão é que a inerrância



não é indispensável para uma visão elevada das Escrituras, tendo em vista que a mesma não implica automaticamente em crença na inspiração.

Por outro lado, os inerrantistas tenazmente argumentam que a inerrância total tem sido a posição normativa da igreja através de sua história, assim, ela não é uma nova teoria desenvolvida em tempos modernos. Lindsell afirma que da perspectiva histórica pode ser dito que por dois mil anos a Igreja Cristã tem concordado que a Bíblia é completamente inerrante.⁴¹ R. Lovelace⁴² também vindica a inerrância como visão histórica normativa da igreja. A mesma posição é defendida por Francis Schaeffer⁴³ e outros proponentes da inerrância total. Para eles, a posição Hodge-Warfield não é uma inovação, pois a sua essência germinal é encontrada nos grandes teólogos da igreja cristã, do segundo ao décimo oitavo séculos. A lógica do argumento é que aqueles que negam a teoria da inerrância nos detalhes estão em colisão com a admitida visão plena da Bíblia, assumida através de quase 2000 anos de história da igreja.

Contudo, pelo menos dois pontos permanecem em oposição a esta ênfase. Primeiro, de uma pesquisa histórica sobre a noção de inerrância, pode-se tirar diferentes conclusões. As evidências favorecem que a “moderna teologia herdou o problema da inerrância bíblica do escolasticismo ortodoxo do século XVII, tanto luterano quanto reformado”.⁴⁴ Ademais, J. Rogers, de seu exaustivo estudo sobre as raízes históricas da doutrina da inerrância, conclui que é historicamente irresponsável alegar que por 2000 anos os cristãos têm crido que a autoridade da Bíblia acarreta um moderno conceito de inerrância em detalhes científicos e históricos.⁴⁵ A igreja, corporativamente, tem sido cautelosa em fazer a reivindicação de “inerrância” normativa para a vida cristã, usando em vez disto palavras como “autoridade”, “suficiência” e “infallibilidade”, ao pronunciar seus credos. Igualar estes termos à “inerrância” é novamente uma inferência dedutiva dos inerrantistas.

O segundo aspecto a ser notado é que contrariamente as alegações dos inerrantistas, o pano de fundo histórico para a doutrina da inspiração é extremamente complexo. Um conceito moderno de inerrância envolvendo linguagem cientificamente precisa era, naturalmente, desconhecido antes do surgimento da ciência moderna. Assim, mesmo quando os Pais da igreja reivindicavam que a Bíblia não tinha erro, podemos estar quase certos de que “erro” não significava para eles o que significa para nós hoje. Como J.I. Packer diz, não podemos ler em Calvino nossas próprias preocupações, e esperar que ele responda perguntas que são nossas, não dele.⁴⁶

Em suma: por acreditarem que tanto a Bíblia como a tradição ortodoxa da igreja sustenta a inerrância, os defensores da inerrância se sentem justificados em negar o termo “evangélicos” àqueles que rejeitam esta doutrina. Nesta base eles concluem que uma visão elevada da Escritura é impossível sem a inerrância. Contudo, como foi salientado, a Bíblia não reivindica inerrância para si própria, nem o resultado final da inspiração apóia isto. Portanto, não há uma visão “mais elevada” da Escritura do que aquela que a Bíblia reivindica para si própria, e não há maneira de aperfeiçoar o que Deus fez. Por outro lado, recorrer aos Pais da Igreja e aos Reformadores em apoio a uma teoria moderna de inerrância é “dar pouco valor a preocupação deles de que a Bíblia é nossa única autoridade sobre salvação e prática para a vida cristã”.⁴⁷

2.1.2. O argumento epistemológico e “dominó”

Para os que vindicam a teoria da inerrância nos detalhes, o compromisso com esta crença é sinônimo de uma visão elevada da autoridade bíblica, e a única maneira de honrar a Escritura. De fato, em muitos arraiais, a opinião popular assume que até mesmo a fé cristã é impossível sem a crença da inerrância da Escritura, a qual, segundo seus defensores, é um teste de autenticidade evangélica. De acordo com C.C. Ryrie, “uma visão plena e elevada da inspiração exige a inerrância como seu elemento natural e necessário”.⁴⁸ Já R.L. Harris, outro proponente da inerrância, é mais enfático. Ele argumenta que “se temos alguma consideração por consistência, nós cremos em Cristo e na inerrância, em ambas ou em nenhuma. Para o cristão a escolha é simples.”⁴⁹

Basicamente, detrás deste dilema proposto pelos inerrantistas, há duas razões principais que levam seus proponentes à conclusão de que a crença na perfeita ausência de erro da Bíblia, é maneira exclusiva de manter uma visão elevada das Escrituras: primeiro, a razão epistemológica, o que significa que a menos que a Bíblia seja inerrante, os cristãos não têm fundamento sólido sobre o qual basear suas crenças.⁵⁰ A segunda razão é encontrada em



uma forma de teoria do “dominó”, segundo a qual, ao rejeitar a inerrância a pessoa seria forçada a abandonar outras doutrinas cardeais do Cristianismo ortodoxo.

Para o Concílio Internacional sobre a Inerrância Bíblica⁵¹, sem inerrância não há base sólida para a autoridade bíblica e, por conseguinte, nenhuma palavra segura sobre a teologia ou a vida cristã. O mesmo apelo epistemológico é fortemente enfatizado por Ryrie. Ele observa que, “tanto a autoridade de Cristo como a autoridade das Escrituras depende da inerrância das Escrituras, pois declarações que não sejam completamente verdadeiras, não podem ser autoritativas”.⁵²

Com esta reivindicação, os inerrantistas sugerem que construir teologia na base de uma Bíblia errante, é construir sobre a areia. Assim, a inerrância é fundamental, e nossa decisão sobre ela afetará tudo o mais que fizermos. Ryrie argumenta:

A inerrância é uma questão crucial, pois se a Bíblia não está completamente isenta de erro, então deve haver algum erro nela. Agora se pudéssemos todos concordar sobre onde está este erro, o problema poderia ser conceivelmente tolerado. Mas, se a literatura atual sugere alguma indicação, haveria vinte candidatos para aquele erro, e isto significa tantos quantos vinte erros. E se poderia haver tantos quantos vinte erros, então a pergunta se forma: Como, afinal, posso confiar na Bíblia?⁵³

Desta abordagem “tudo ou nada” da autoridade bíblica temos a impressão de que todo o Cristianismo, a autoridade das Escrituras e a verdade do evangelho dependem de algum enigma cronológico ou detalhe mecânico. Mas, é realmente verdade que a confiança da reivindicação da Escritura a respeito de Jesus como Senhor repousa sobre tal base? Seria a certeza religiosa destruída se existisse alguma falha na Escritura? É a inerrância, de fato, uma necessidade epistemológica?

Felizmente, o apelo não precisa ser levado a sério, uma vez que os crentes na inerrância continuam a ler e crer em suas cópias não inerrantes. Ademais, vivem com a mesma incerteza que o argumento diz que eles não deveriam ter. Como Pinnock observa, “dizer que, a menos que cada ponto possa ser estabelecido, o edifício inteiro vai ruir parece indicar a fortaleza da mentalidade de uma ortodoxia em declínio”.⁵⁴

Ademais, é certamente difícil compreender porque Deus, se Ele considerava a ausência de erro epistemologicamente tão crucial, não tomou mais cuidado em preservar um texto sem erros. E como explicar a Bíblia errante que os cristãos sempre possuíram e usaram tão efetivamente por milênios? É claro que Jesus, Paulo, e os escritores do Novo Testamento possuíam manuscritos não inerrantes em suas mãos, e foram capazes de usá-los como confiáveis e autoritativos. Parece improvável também que, aqueles manuscritos imperfeitos tenham interferido em sua religião pessoal, teologia ou “visão elevada” do antigo Testamento. Podemos dizer que o que era suficientemente bom para Jesus é suficientemente bom para nós. Bernard Ramm sugere:

Eu creio que menos do que 1% do corpo de crentes evangélicos renunciaria sua fé se isto fosse comprovado como um erro (a respeito da discrepância entre I Coríntios 10:8 e Números 25:24) ou se qualquer outro erro deste tipo fosse mostrado na Escritura Sagrada. A razão para mim é bastante óbvia. Os Cristãos não se apegam a fé cristã por causa da inerrância da Escritura, mas por causa de sua experiência com Cristo e o Espírito Santo e do conteúdo espiritual da Escritura Sagrada que tão efetivamente tem falado aos nossos corações.⁵⁵

Certamente que a Bíblia pode “errar” em alguns lugares, e provavelmente falhará no teste rígido da inerrância nos detalhes, mas ainda podemos confiar nela. Como Beegle salienta, “A soberania de Deus, a honra de Jesus Cristo, e a confiabilidade da doutrina bíblica não está em risco ao aceitar-se uma doutrina da inspiração que rejeita a qualificação da inerrância”.⁵⁶ Então, obviamente, o argumento baseado na epistemologia é, por si próprio, muito duvidoso.

Por outro lado, de acordo com a “teoria do dominó”⁵⁷, também chamada de “argumento do escorregador”⁵⁸, quem quer que negue a inerrância, acabará negando outras doutrinas evangélicas. C.C. Ryrie argumenta que se todas as doutrinas da Bíblia podem ser comparadas com dominós enfileirados, então a crença na total exatidão da Bíblia encabeça a fila, “se o



primeiro dominó permanecer de pé ou cair inevitavelmente afetará alguns, a maioria ou até mesmo todos os outros”.⁵⁹

A questão a ser formulada é a seguinte: é a rejeição da inerrância perfeita um declive que leva inevitavelmente à heresia, sendo assim incompatível com uma visão elevada da Escritura? Naturalmente, se a inspiração houvesse sido identificada com a inerrância, o argumento teria tido mais validade; contudo, igualar inerrância nas minúcias ao conceito de inspiração é uma inversão equivocada e longe da verdade.

Podemos questionar o conceito de Francis Schaeffer, de que a rejeição da inerrância bíblica total é o mais importante fator doutrinário controlador por detrás do moderno declínio espiritual e teológico.⁶⁰ Por ironia, Charles-Hodge, embora um ardoroso defensor da doutrina da inerrância, pôde argumentar vagamente que mesmo que houvesse o que parecem ser erros factuais na Escritura, eles seriam tão insignificantes como as manchas no Paternon.⁶¹ Podemos também dizer que mesmo uma doutrina gravemente inadequada da Escritura, não invalida a habilidade de um indivíduo para apreender a ortodoxia bíblica em muitos pontos, como no caso de Karl Barth.⁶² Estas simples evidências são suficientes para levantar algumas reservas a respeito do teorema do “dominó”.

Em conclusão a isto, assumimos que negar a opção de uma visão elevada das Escrituras àqueles que rejeitam a posição do inerrantismo radical com um apelo ao argumento epistemológico ou “dominó”, não pode ser considerada uma objeção séria. Como diz Pinnock, “os evangélicos não rejeitaram um papado para aceitar outro”.⁶³

A inerrância não é o teste real para uma visão plena da autoridade bíblica. De fato, nos enganaremos se basearmos a autoridade e a verdade da Escritura na inerrância dos registros bíblicos, pois então tentaremos demonstrá-la segundo o racionalismo. Em uma perspicaz monografia intitulada *The Inerrancy Debate among the Evangelicals*, C. Pinnock adverte que homens como Francis Schaeffer e Harold Lindsell tendem a confundir a visão elevada da Escritura com a interpretação que eles fazem dela. Eles advogam que a menos que a pessoa concorde com a leitura que fazem do texto, ela poderá ser chamada de evangélica imperfeita, ou absolutamente não evangélica.⁶⁴ Certamente, o abandono da inerrância não força alguém a abraçar o liberalismo e/ou a apostasia.

3. VISÃO ELEVADA DA INSPIRAÇÃO E OS FENÔMENOS DA BÍBLIA

Em seu clássico ensaio, *The Phenomena of Scripture*, E. F. Harrison observa que “nenhuma visão da Escritura pode ser indefinidamente sustentada se correr contra os fatos. Que a Bíblia reivindica inspiração é evidente. O problema é definir a natureza da inspiração à luz dos fenômenos”.⁶⁵ Evidentemente, podemos ter nossas idéias próprias sobre como Deus deveria ter inspirado a Palavra, mas é mais produtivo aprender como Ele de fato a inspirou. Isto significa que precisamos aprender a ouvir a Palavra de Deus, não instruí-la. É neste ponto que o conceito de inerrância literal fracassa, porque em sua tentativa de “proteger” a Escritura, a defesa baseada no racionalismo criou um modelo irreal de inspiração que abafa o próprio fenômeno.

É a suposição da inerrância um componente essencial dos fenômenos da Escritura? Considerável esforço tem sido feito pelos inerrantistas para vindicar uma resposta positiva a esta questão. Para sustentar que a Bíblia é completamente inerrante em seus mínimos detalhes e preservada de “erro factual, histórico, científico, ou outro”⁶⁶, eles estabeleceram uma série de qualificações, uma quantidade de obstáculos que um suposto “erro” tem de transpor antes que seja qualificado como um “erro”.

S.T. Davis diz que “é impossível ver como algum suposto erro poderia passar todos os testes”.⁶⁷ Ele deve pertencer aos autógrafos inexistentes, algo que não pode ser realmente provado. Deve ser indubitavelmente falso. Deve ser provado além de qualquer dúvida, etc. Todo este esforço gasto para provar que a Bíblia “não contém erro de qualquer tipo”⁶⁸, é basicamente o resultado de um enganoso conceito de inspiração. Ademais, agindo dentro de um processo de dedução, os inerrantistas, como vimos antes, argumentam que porque Deus é perfeito e a Bíblia é a Palavra de Deus, a Bíblia deve ser perfeita. Ou porque Deus não pode “mentir” e porque a Bíblia é “inspirada por Deus” ela deve ser inerrante, não pode conter qualquer erro, nenhum sequer, seja em história, geografia, botânica, astronomia, sociologia, psiquiatria, economia, lógica, matemática, ou qualquer outra área.



Antes de considerarmos que a crença numa Bíblia perfeita e inerrante não é condição necessária para uma visão elevada da Escritura, façamos uma reflexão sobre o conceito de “erro,” o que certamente esclarecerá nosso caso.

C.C. Ryrie, como um bom representante dos defensores da inerrância, assume que “a Bíblia é inerrante ao expressar a verdade, e ela o faz sem erro em todas as partes e com todas as suas palavras”.⁶⁹ Certamente, não há nada de equivocado em si mesma com a proposição “sem erro”, contudo o ponto crucial é: o que significa “erro”, e que padrões podem ser usados para julgar o erro?

Parece que a chave para uma visão apropriada dos fenômenos da Escritura, em relação ao debate moderno, repousa no significado da palavra “erro”. É um falso conceito de erro, que impõe a necessidade de um autógrafa perfeito, ou que requer harmonização acrobática das discrepâncias bíblicas. Haja vista a afirmação de que o galo cantou seis vezes para extrair sentido inerrante da história da negação de Pedro⁷⁰, ou que a Bíblia preserve o valor matemático do “pi” nas dimensões do mar de fundição⁷¹ (1Rs 7:23). Temos ainda a explicação da contradição entre 1 Coríntios 10:8 (o relato de Paulo de que 23.000 caíram em um único dia), e Números 25:9 (o Antigo Testamento registra 24.000). Alguns sugerem que as outras mil baixas ocorreram durante a noite⁷², ou, de acordo com a explicação de Ryrie, “Paulo limita sua cifra de 23.000 àqueles mortos em um dia. O relato em Números 25 (...) inclui mortes adicionais que ocorreram nos dias seguintes”.⁷³

Os inerrantistas confundem “erro” no sentido de precisão técnica com a noção bíblica de erro como engano intencional. Logo, para garantir a confiabilidade da Escritura eles acabam exigindo da Bíblia estrita precisão científica.⁷⁴ Os resultados são lamentáveis, porque este processo finalmente exige algo mais objetivo do que o testemunho interior e pessoal do Espírito Santo através do próprio texto, e acaba aferindo a verdade da Bíblia por um padrão extrabíblico.

Como foi salientado antes, seremos induzidos ao erro se basearmos a autoridade da Escritura na total inerrância dos escritos, pois tentaremos demonstrar isto de acordo com os cânones da racionalidade científica. Por outro lado, o ensino da suficiência da Bíblia é rompido quando reivindicamos sua inerrância na base de detalhes mínimos de cronologia, geografia, história ou cosmologia. “A inerrância nas minúcias pode ser um item central para o guia telefônico mas não para Salmos, Provérbios, literatura apocalíptica e parábola.”⁷⁵ Como Johnston diz, “Aqui está a ironia: tentamos assegurar a autoridade da Bíblia ao reivindicar que ela é inerrante; mas para mostrar que ela é inerrante nós aplicamos uma norma externa à Bíblia à qual a Bíblia deve se conformar se ela deve ser considerada como verdadeira”.⁷⁶ Ao buscar manter uma visão elevada da inspiração, os proponentes da inerrância têm se debatido com o fato de que a revelação de Deus foi declarada nos termos da linguagem, lógica, e localização das pessoas às quais ela foi escrita originalmente. Como Harrison⁷⁷ mesmo diz, embora a alma da Escritura seja universal e eterna, seu corpo permanece oriental, e certamente qualquer consideração verdadeira dos fenômenos não deveria esquecer isto.

Parece que G.R. Osborne tem razão quando diz que “tanto liberais como evangélicos são culpados de uma aceitação fácil demais de certos fatos como erros”.⁷⁸ É um falso conceito de erro que tem levado os defensores da inerrância a denominar de “visão elevada” das Escrituras Sagradas, uma precipitada harmonização. Esta atitude é, de fato, uma desconsideração do propósito real de nossas Escrituras, e um desafio à noção de que os escritores bíblicos eram homens do seu tempo com conhecimento limitado ou mesmo deficiente de tópicos seculares. Ademais, em nenhum momento Deus os removeu de seu ambiente, ou “os transformou em alguém que eles não fossem – cidadãos de tempo e lugar antigos”.⁷⁹ Então, se certos eventos bíblicos exigem harmonização, ela não deve ser buscada mecanicamente, de modo que obscureça os próprios fenômenos, e seu conceito de inspiração.

Como L. Morris escreveu: “não devemos impor uma inerrância ou nossa própria construção sobre a Bíblia, mas antes aceitar o tipo de inerrância que ela oferece. E esta é uma inerrância compatível com os variados relatos das palavras usadas em dada ocasião”.⁸⁰ O processo humano pelo qual Deus escolheu tornar Sua Palavra conhecida em línguas terrenas, é tão crucial para nosso reconhecimento daquilo que Ele está dizendo na Escritura, quanto o é nosso reconhecimento da plena inspiração da Escritura. O Deus que escolheu nos falar por meio de escritores que viveram em contextos histórico, social, cultural e lingüístico específicos, determinou por esse método de falar, como Sua palavra deve ser compreendida.

Há erros na Bíblia? Mentira e falsidade são o que a Escritura associa com erro, e a Escritura certamente não é identificada com engano neste sentido. Assim, em relação a Deus e



sua verdade a Bíblia nunca conduz a erro e, portanto, neste sentido é inerrante. Contudo, a honestidade exige que reconheçamos que há discrepâncias e dificuldades no texto bíblico. Negá-las seria ir contra os fatos e segundo James Orr “é a posição mais suicida que qualquer defensor da revelação poderia assumir”.⁸¹

Pode haver alguns “erros” na Escritura, e se este é o caso, não podemos nos esconder por detrás de algumas harmonizações racionais. Porém, ao tratarmos com estas dificuldades deveríamos ter em mente que este é um assunto complexo, no qual não podemos operar com um simples cálculo de sim ou não, verdadeiro ou falso, certo ou errado, coerência ou contradição, fato ou erro. Como B. Ramm diz: “simplesmente não podemos determinar a confiabilidade ou integridade da Escritura Sagrada ao restringir nosso aparato lógico a um sim ou não, um verdadeiro ou falso”.⁸²

Certamente não é coisa fácil apontar erro em um documento antigo. No caso da Bíblia, muitos dos assim chamados “erros” são resultados do antigo processo de copiar os manuscritos à mão e da transmissão pelos escribas. Outros “erros” serão explicados por uma clara compreensão do propósito dos autores bíblicos em uma dada situação particular, e pela aceitação dos padrões de precisão daqueles tempos.⁸³ Esta é a razão pela qual os evangélicos têm de maneira crescente reconhecido a necessidade de descrever a autoridade e confiabilidade da Escritura em termos de sua intenção.

Como Klaus Runia observa: “A Bíblia é um livro totalmente semítico. Em cada página ela mostra sua origem, pano de fundo, cultura e perspectiva semíticas. Portanto, seria errado em princípio abordar a Bíblia com nossos modernos padrões científicos e julgá-la de acordo com eles”.⁸⁴

Que dizer da marcante divergência entre João e os Sinóticos, ou da forma distinta na qual Mateus cita Jesus em relação a Marcos? É verdade que os *Logia Jesu* devem conter *ipsissima verba* para que sejam inerrantes? E quanto às discrepâncias cronológicas encontradas nos evangelhos ou informação contraditória?⁸⁵ Embora alguns destes casos sejam explicados pelos motivos teológicos por detrás das variações, outros são dificuldades reais. À luz destas dificuldades, emerge a questão: é possível considerar a Bíblia como um livro imperfeito e limitado em muitos aspectos e ainda sustentar uma elevada visão de sua autoridade?

Ellen White, em sua abordagem pessoal às Escrituras Sagradas sugere uma resposta segura. Ela disse: “Tomo a Bíblia tal como ela é, como Palavra Inspirada. Creio nas declarações de uma Bíblia inteira”.⁸⁶ Para ter uma visão forte e plena da autoridade da Escritura, não necessitamos de engenhosos instrumentos para sustentá-la. A visão singular que honra os fenômenos da Escritura é a que aceita a Bíblia como ela realmente é: a Palavra de Deus em palavras humanas. Como pode ser isto? Não há necessidade de solucionarmos este mistério; nossa grande necessidade é reconhecê-lo e aceitá-lo.

A melhor maneira de reverenciar a Palavra Viva é sustentar um conceito saudável de sua revelação e inspiração. Então, as dificuldades e variações dos fenômenos não nos perturbarão, porque concordamos que a inspiração age no homem em uma situação concreta. Deus inspirou pessoas, usando suas mentes, corações, formação, vocabulário, experiências, personalidades, treino educacional, cosmovisão, contextos culturais e sensibilidades espirituais. Deve ser notado que este conceito de inspiração que permite considerável liberdade ao agente humano, não significa permissão descontrolada. Ebionismo e Docetismo ainda são extremos a serem evitados.

A Bíblia é a Palavra de Deus acomodada, revestida e transmitida em linguagem humana. Então, como Pinnock⁸⁷ observa, a Bíblia pode conter “erros” mas não ensina nenhum. Isto significa que a Bíblia é infalível em seus temas ao invés de nos seus termos, nos seus ensinamentos ao invés de nos componentes utilizados em sua formulação. Contudo, deve ser notado que errância não é esta opção para inerrância. A opção para inerrância é total infalibilidade da Bíblia em assuntos pertencentes a sua intenção. Como B. Mickelsen salienta,

Ao invés de discutirmos o que a Bíblia não faz (i.e. “ter algum erro”), necessitamos nos concentrar na nota positiva. A Bíblia ensina a verdade. Ela ensina a verdade nos modos e maneiras de expressar a verdade nos tempos antigos. Porque Deus energizou seus servos, a verdade ensinada de muitas formas diferentes é magnificamente eficaz. Agradecemos a Deus pelas Escrituras assim como elas são. Sua forma e estilo antigo estão entre as grandes provas de sua autenticidade.⁸⁸



Voltando a nossa questão básica, nosso compromisso com uma visão elevada da Escritura exige inerrância? Vamos responder a questão. Deve ser salientado também que a teoria da inerrância tem pouca sensibilidade para com os fenômenos da Escritura, ou seja, a variedade de palavras e declarações encontrada no próprio texto. Ademais, a doutrina da inerrância não contribui para uma visão elevada da inspiração ou para uma posição sólida quanto à autoridade da Escritura. Pensar que tudo está seguro apenas em “provar” que a Bíblia é perfeitamente inerrante, é um sonho ingênuo. Finalmente, deve ser afirmado também que uma visão elevada da Escritura não está de qualquer modo comprometida com a inerrância bíblica nos detalhes. Antes, seu compromisso é com a inspiração da Palavra Viva de Deus. Como Johnston diz, “de fato, pode-se defender uma visão elevada da Escritura sem recorrer ao termo inerrância.”⁸⁹

4. SUMÁRIO

Evidentemente que o debate sobre a inerrância da Bíblia não permite uma solução fácil, uma vez que não é um assunto em preto e branco. Contudo, observando a questão de uma perspectiva diferente, o ponto crucial não é se a Escritura é totalmente inerrante ou não, mas a natureza e a finalidade dos registros bíblicos. Em outras palavras, nossa necessidade básica é compreender a autoridade e confiabilidade das Escrituras em termos de intenção e propósito.⁹⁰

O apóstolo Paulo, no contexto da bem conhecida frase “toda a Escritura é inspirada” (*theopneustos*), tão significativa para a doutrina da inspiração, apresenta o propósito essencial para o qual a Escritura foi dada: ela é capaz de tornar “sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus,” e é útil para o ensino, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (1Tm 3:15-17 ARA).

A Escritura do Antigo e Novo Testamento não é um livro sem propósito. Seu objetivo primário, do início ao fim, é libertar o homem do pecado e finalmente levá-lo a comunhão com Deus. Seu conteúdo é a maior mina de verdade essencial, mesmo que não seja verdade absoluta. Logo, a Bíblia foi dada por Deus com finalidade soteriológica, e a mais elevada prova deste propósito é encontrada no fato de que Deus em pessoa fala nela. Onde a Bíblia funciona como a espada do Espírito na vida de homens, ali está o manejo da indisputável autoridade divina em todas as áreas pertencentes a sua finalidade básica.

Ao declarar o propósito da Bíblia, Ellen White disse: “em Sua Palavra Deus conferiu aos homens o conhecimento necessário à salvação”.⁹¹ De fato, alguém que estuda a Bíblia com o mais ardoroso desejo de obter salvação será infalivelmente guiado a Jesus Cristo, e saberá por si mesmo que a Palavra de Deus é verdadeiramente suficiente.

Conseqüentemente, uma visão correta da Bíblia deve pôr a ênfase onde a própria Bíblia a põe – em sua mensagem de salvação e sua instrução para a vida – não em seus detalhes de geografia ou ciência. O propósito da Bíblia, como temos visto e, L. Morris observa, não é dar informação sobre assuntos científicos. Tais verdades são suscetíveis de descoberta por nossos próprios esforços e, Deus as deixou para serem descobertas deste modo. Elas não são o objeto próprio da revelação.⁹² Assim, lutar por detalhes minuciosos em nome de uma “visão correta” da Bíblia, tem somente o efeito negativo de desviar a atenção da mensagem de salvação e da educação na justiça, que são os temas-chave da Bíblia. Esses, freqüentemente dão a impressão de que não se pode crer e confiar em nenhuma parte da Escritura, a menos que se prove que todas as suas partes sejam inerrantes.

O propósito básico de Deus não é frustrado por existirem contradições e tensões no texto bíblico em matérias factuais. Ademais, aceitar estas dificuldades como parte dos fenômenos da Escritura não diminui uma alta consideração por ela. Contudo, em contenção contra a doutrina da inerrância, nós não temos sido dominados pelo sádico desejo de encontrar discrepâncias nos registros bíblicos, nem almejamos provar sua errância.

Ademais, não podemos endossar qualquer teoria de distinção entre matéria revelacional e não revelacional nas Escrituras⁹³, dizendo que a revelação foi limitada àqueles ensinamentos que são essenciais para nossa salvação. O Espírito de Deus engolfou a totalidade da Escritura de tal maneira, que discussão sobre graus ou níveis de inspiração está completamente equivocada. A genealogia de Gênesis 5 não é menos inspirada do que o



Evangelho de João, mas provavelmente eles foram inspirados de modos diferentes, e talvez as diferentes formas pelas quais operou a inspiração seja a chave adequada para entendermos algumas dificuldades dos registros bíblicos.

5. CONCLUSÃO

Ao final deste artigo, alguns pontos parecem emergir de nossas considerações e exigem uma reflexão final. Em primeiro lugar, o conceito da inerrância nos detalhes é estranho a Bíblia. É uma imposição humana. Como diz Pinnock, “a lógica do caso pela inerrância tem sido confundida com uma piedade equivocada, e a inerrância da Bíblia tem sido defendida não tanto por sua convicção de que ela seja inerrante, mas por uma crença de que ela deve ser”.⁹⁴ Ademais, a doutrina da inerrância mostra desconsideração para com os fenômenos da Escritura, exigindo o que Deus não intencionou: um superlivro, um registro perfeito e inerrante em cada detalhe particular. Evidentemente isto só pode ter efeitos perniciosos.

Temos que dizer também, que historicamente, inerrância não qualificada da Bíblia não é o tipo de perfeição da Escritura que a Ortodoxia Cristã ensinou no transcurso da História do Cristianismo. Pelo menos, até o século dezessete, quando o Escolasticismo declarou que “nenhum erro, mesmo em assuntos insignificantes, nenhuma falha de memória, para não dizer inverdade, pode ter lugar em toda a Escritura Sagrada”.⁹⁵

Em segundo lugar, como defendido por alguns de seus proponentes, o conceito de inerrância dá a impressão de que não há meio termo entre inerrância por um lado, e atitudes neo-ortodoxas, liberais ou mesmo ateístas para com a Bíblia por outro lado. Contudo, até onde podemos ver, a inerrância não é uma doutrina crucial para o cristianismo Evangélico, e o perigo de renunciar as pressuposições da inerrância é largamente imaginário. De fato, o abandono da inerrância não põe em risco a teologia e não força ninguém a abraçar a apostasia ou o liberalismo. Então, os argumentos epistemológicos e dominó são uma crença exagerada.

Em terceiro lugar, a Bíblia é a Palavra de Deus autoritativa e confiável, por meio da qual Ele fala e opera. A Inspiração assegura que a Bíblia representa o ponto de vista de Deus e não do homem (2Tm 3:14-17; 2Pe 1:19-21). Logo, “a Bíblia representa o que Deus tinha em mente”.⁹⁶ Não existe desvio do que Deus procurou comunicar para a salvação dos homens. Contudo, a inspiração não garante um registro inerrante em tudo o que a Escritura toca, e qualquer esforço para remover os traços da dimensão humana nas Escrituras resultará somente em “rebaixamento” da visão de inspiração.

Certamente, as verdades essenciais da Bíblia não são alteradas pelo reconhecimento de que algumas de suas declarações são imprecisas, assim como uma visão elevada de sua autoridade não é obliterada por este reconhecimento. O poder auto-autenticador da Palavra de Deus não depende da inerrância. R.H. Mounce observa:

quanto mais estudamos a Bíblia mais alta se torna nossa visão de sua inspiração (...) embora o homem tenha escrito palavras, a mensagem é de Deus. Há uma qualidade auto-autenticadora a respeito da Palavra de Deus. Nós saberíamos que ela é inspirada mesmo que ela não ensinasse sua própria inspiração.⁹⁷

Certamente, dificuldades técnicas e “erros” não destruirão a confiança das pessoas na Bíblia se elas encontraram a Cristo em suas páginas e ouviram sua voz a lhes falar.

Em quarto lugar, parece que a única visão que honra a Palavra de Deus é aquela que mostra elevada consideração pelos fenômenos da Escritura, e os aceita como Deus no-los deu. Essa visão, com igual força, mantém a humanidade e a divindade da Palavra da Escritura. Ademais, a visão mais adequada da Escritura não pode ser mais elevada do que aquela sustentada pelo próprio Jesus que, até onde sabemos, não apelou para autógrafos perfeitos para tornar o Antigo Testamento autorizado. Como perguntamos antes, está alguém justificado em reivindicar mais do que a Escritura reivindica? Ou pode haver na verdade uma visão mais elevada da Escritura do que a visão bíblica?

Finalmente, fazer da inerrância o sinal da autenticidade evangélica⁹⁸ é uma infeliz discriminação baseada na intolerância. O resultado, como vimos, é inevitável desgosto e desilusão, que ameaça a unidade evangélica. Além disso, força uma desnecessária brecha entre os cristãos em um tempo em que o testemunho unido para um mundo incrédulo é dolorosamente desnecessário. De fato, a controvérsia atual sobre a doutrina da inerrância, para defender uma “visão elevada da autoridade bíblica” é uma batalha que não necessita ser



ferida porque, como B. Mickelsen observa, “a mais elevada visão de autoridade na Bíblia é a obediência circundada por amor”.⁹⁹

NOTAS:

1. R.J. Coleman, “Biblical Inerrancy: Are We Going Anywhere?” *Theology Today* 31 (1975):281.
2. F. Schaeffer. “Form and Freedom in the Church.” *Let the Earth Hear His Voice* 153 (1974), 364-65.
3. Edward J. Carnell. Ef., *Christianity Today* (February 24, 1978), 36.
4. C.C. Ryrie, *What You Should Know about Inerrancy* (Chicago: Moody Press, 1981), 41.
5. R. L Harris, “The Basis for Our Belief in Inerrancy”, *Bulletin of the Evangelical Theological Society* 19 (Winter 1960), 17.
6. H. Lindsel, *The Battle for the Bible* (Grand Rapids, MI: Zondervan), 35.
7. Havia a negação de Kant (1804) de que as realidades teológicas podem ser apreendidas pela mente e, que tais doutrinas desfrutam de validade universal. Havia a insistência de Schleiermacher (1834) sobre a imanência de Deus, quase criando uma religião baseada nos sentimentos pessoais. Havia a ênfase de Kierkegaard na disjunção radical entre o finito e o infinito, um virtual dualismo metafísico que tornou impossível a revelação divina objetiva.
8. R. Dederen, “Revelation, Inspiration, and Hermeneutics”. *A Symposium on Biblical Hermeneutics* (Washington, D.C. The Review and Herald Publishing Association, 1974), 9.
9. Para informação completa ver *A Symposium on Biblical Hermeneutics*. op.cit., 67-85.
10. D. Hubbard, “The Current Tensions. Is There a Way Out?” in *Biblical Authority* (Waco, Texas: Word Books, 1977). 155.
11. Theodore Parker introduziu a alta crítica alemã já em 1843, com sua tradução de *De Wette’s Critical and Historical Introduction to the Old Testament*, mas o movimento não influenciou realmente a teologia americana até cerca de 1880 (ver Counts, *A Study of Benjamin B. Warfield’s View of the Doctrine of Inspiration* [Tese apresentada à faculdade do Dallas Theological Seminary 1959], 5).
12. O Congregacionalismo se rendeu primeiro. Henry Ward Beecher tornou-se o primeiro clérigo proeminente a abraçar a evolução em 1880, e não poucos seguiram seu exemplo (ver Counts, op. cit., 5). Em 1881 cinco professores do Andover Theological Seminary foram submetidos a julgamento por heresia. Uma das acusações era que a Bíblia para eles era “falível e não confiável mesmo em alguns de seus ensinamentos religiosos” (ver H.S. Coffin, *Religion Yesterday and Today* [New York:Books for Libraries Press, 1968], 68). Os presbiterianos sucumbiram mais lentamente. Em 1883, o erudito C.a. Briggs publicou seu *Bible Study, Its Principles, Methods, and History* (New York: C. Scribners Sons, 1894), que estabeleceu as posições liberais. Alguns anos mais tarde, Briggs foi processado e suspenso da igreja por heresia. Em apoio a Briggs, O Union Seminary desassociou-se da Igreja Presbiteriana e se tornou uma cidade para os liberais.
13. Hubbard, 155.
14. Francis Turrentin (1623-1687), no Escolasticismo Pós-Reforma, escreveu *Institutio Theologiae Elencticae*, com uma doutrina da Escritura baseada no Método Aristotélico-Tomista, de pôr a razão antes da fé. Pelo fato das provas racionais terem de preceder a fé, Turrentin sentiu ser necessário harmonizar cada aparente inconsistência no texto bíblico. Ele se recusou a admitir que os escritores sagrados poderiam escorregar na memória ou errar em questões mínimas. Ele especificou: “Os profetas não cometeram erros nem mesmo nos mínimos particulares. Dizer isto seria tornar duvidosa toda a Escritura”. Ele proclamou que “A Bíblia é inerrante em todas as questões.” Sob a influência de Turrentin, em 1675 foi publicada a Fórmula do Consenso Helvética, e sobre a inspiração do Antigo Testamento, ela declarou que esta inspiração era encontrada não “apenas em suas consoantes, mas em suas vogais – ou nos próprios encontros vocálicos, ou pelo menos no poder dos pontos”. A Bíblia foi inspirada “não apenas em sua substância, mas em suas palavras,” a confissão declarou (“The Church Doctrine of Biblical Authority” in J. Rogers [ed.], *Biblical Authority* [Waco. Texas: Word Books Publishers, 1977], 29-31).
15. Em seu conflito com Warfield sobre a compreensão da Escritura, Briggs havia alegado que a *Institutio* de Francis Turrentin se tornara em livro texto de Princeton e, que “a Westminster Divine eram ignorados” (J. Rogers, *Scripture in the Westminster Confession* [Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1967], 29.).
16. Rogers, 37.
17. No final do século, quando o professor Henry P. Smith foi processado e acusado de heresia, ele disse do comitê que instaurou o processo: “A mais perplexa declaração que eles fizeram foi de que apenas uma Escritura inerrante pode ter poder para realizar na alma humana a obra para a qual a revelação foi dada,



isto é, a obra de conversão e regeneração.” H.S. Coffin, *Religion Yesterday and Today* (New York: Books for Libraries Press, 1968), 73.

^{18.} R.K. Johnston, *Evangelicals at an Impasse* (Atlanta: John Knox Press, 1979), 15.

^{19.} Esta ênfase é assumida pelos eruditos evangélicos reunidos em Chicago, 1977, no assim chamado Concílio Internacional sobre Inerrância Bíblica; ver *Eternity* (November 1977), 10.

^{20.} H. Lindsell, *The Battle for the Bible*, 141, 200.

^{21.} Johnston, 5.

^{22.} F. Schaeffer, “Form and Freedom in the Church,” *Let the Earth Hear His Voice*, 364-65.

^{23.} C.C. Ryrie, *What You Should Know About Inerrancy* (Chicago: Moody Press, 1981), 38.

^{24.} C.C. Pinnock “Three Views of the Bible in Contemporary Theology,” *Biblical Revelation* (Chicago: Moody Press), 66.

^{25.} Cf. S.T. Davis, *The Debate about the Bible* (Philadelphia: The Westminster Press, 1977), 51.

^{26.} C.C. Ryrie, *What You Should Know about Inerrancy* (Chicago: Moody Press, 1981), 25. Ver também seu artigo, “The Importance of Inerrancy,” *Bibliotheca Sacra*, 120:478 (April 1963), 139-144.

^{27.} Lindsell, *The Battle for the Bible*, 162.

^{28.} Ryrie, *What You Should Know about Inerrancy*, 60.

^{29.} *Ibid.*, 143.

^{30.} Apenas um exemplo esclarecerá o ponto: a ordem de Jesus para “batizar” aparece apenas em Mateus 28:19, mas não nas narrativas paralelas de Lucas 24:47 ou Marcos 16:15-16. A forma verbal de Mateus não aparece de forma alguma nos paralelos.

^{31.} Davis, 61.

^{32.} A posição de muitos nomes da erudição evangélica contemporânea está em oposição a reivindicação de que a inerrância é um conceito bíblico; H. Ridderbos, *Studies in Scripture and Its Authority* (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), 21; R. H. Mounce, “Clues to Understanding Biblical Accuracy,” *Eternity* (June 1966), 16-18; R. K. Johnston, *Evangelicals at an Impasse* (Atlanta: John Knox Press, 1979), 5; D. M. Beegle, *Scripture, Tradition and Infallibility* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1973), 19.

^{33.} E. F. Harrison, “The Phenomena of Scripture” in *Revelation and the Bible* (Grand Rapids: Baker Book House, 1958), 238.

^{34.} L. Morris, *I Believe in Inspiration* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1976), 137.

^{35.} Mounce, 17.

^{36.} Pinnock, 94; ver também Ryrie. *The Importance of Inerrancy*, 144. É interessante notar que da mesma analogia, G. C. Berkouwer tira diferentes conclusões, *Holy Scripture* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1975), 200.

^{37.} D. M. Beegle, *Scripture, Tradition and Infallibility*, 290. A analogia pode ser usada corretamente se a humanidade da Bíblia for paralela com as limitações humanas da encarnação de Jesus; ver Ellen White, *Grande Conflito* (Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1981). vi.

^{38.} Robert Cook, “Biblical Inerrancy and Intellectual Honesty,” *Bibliotheca Sacra* 125:498 (April, 1968), 158.

^{39.} J.W. Montgomery, “Inspiration and Inerrancy,” *Bulletin of the Evangelical Theological Society*, 8:45 (1965), 48.

^{40.} Davis, 62.

^{41.} Lindsell, 19; ver também o artigo de Lindsell, “Biblical Infallibility: The Reformation and Beyond,” *Journal of the Evangelical Society* 19 (Winter 1976), 25-37.

^{42.} Cf. Roger R. Nicole and J. Ramsey Machaels (ed.), *Inerrancy and Common Sense* (Grand Rapids: Baker Book House, 1980), 20-25.

^{43.} F. Schaeffer. *No Final Conflict: The Bible Without Error Is All That It Affirms* (Downers Grove, IL: Inter-Varsity Press, 1975), 8, 45-46; ver também Pinnock, *Biblical Revelation, The Foundation of Christian Theology* (Chicago: Moody Press, 1971), 147-174.

^{44.} Otto W. Heick, “Biblical Inerrancy and the Hebrew Mode of Speech,” *The Lutheran Quarterly* 20 (1968), 7.

^{45.} Jack Rogers. “The Church Doctrine of Biblical Authority” in *Biblical Authority*, 4.

^{46.} James Packer, “Calvin’s View of Scripture” in John Warwick Montgomery (ed.) *God’s Inerrant Word; an Synopsium on the Trustworthiness of Scripture* (Minneapolis: Bethany Fellowship, 1974), 97.

^{47.} Rogers, 45; Bernard Ramm nota que “Deve ser salientado que historicamente a inerrância da Escritura não é o tipo de perfeição da Escritura que os Reformadores e os teólogos ortodoxos pós-reformados ensinaram.”; “Relationship of Science...,” *JASA*, 21-22 (1969): 97.



48. Ryrie, "The Importance of Inerrancy." *Biblioteca Sacra* 120:478 (April 1963), 141.
49. R. L. Harris, "The Basis for Our Belief in Inerrancy," *Bulletin of the Evangelical Theological Society* 9 (Winter 1960), 17.
50. T. Davis, *The Debate about the Bible* (Philadelphia: Westminster, 1977), 66.
51. Cf. "Council Maps 0-Year Rush for 'Historic Verbal' Inerrancy", *Eternity* (November 1977), 11.
52. Ryrie. "The Importance of Inerrancy", *Bibliotheca Sacra* 120:478 9April 1963). 142
53. Ryrie. *What You Should Know about Inerrancy*, 21.
54. Pinnock, 66.
55. Bernard Ramm. "The Relationship of Science. Factual Statements and the Doctrine of Biblical Inerrancy," *Journal of the American Scientific Affiliation* 21-22 (1969-1970): 103.
56. Beegle, 290.
57. Ver Ryrie, no capítulo. "The Dominoes are Falling." *What You Should Know about Inerrancy*, 9-11.
58. Davis, 83-93.
59. Ryrie, "The Dominoes are Falling." *What You Should Know about Inerrancy*, 10.
60. Schaeffer, *Death in the City* (Chicago: Inter-Varsity Press, 1969).
61. C. Hodge, *Systematic Theology* (New York: Charles Scribner's Sons, 1871), 1: 170; cf. Lovelace, *Inerrancy and Common Sense*, 28.
62. Como Klass Reunia indica, a visão de Barth da Escritura está consideravelmente abaixo da inerrância limitada, uma vez que admite que a capacidade de erro da Bíblia "também se estende ao seu conteúdo religioso e teológico"; *Karl Barth's Doctrine of Holy Scripture* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1962), 60.
63. Pinnock, "The Inerrancy Debate among the Evangelical", *Theology News and Notes* (Pasadena, CA: Fuller Theological Seminary, 1976), 13.
64. *Ibid.*, 12.
65. E.F. Harrison, "The Phenomena of Scripture" in Carl F. Henry (ed.) *Revelation and the Bible*, (Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1958), 239.
66. H. Lindsell, *The Battle for the Bible* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1976), 30-31.
67. T. S. Davis menciona cinco condições usadas pelos inerrantistas, que são uma fortaleza inexpugnável e descartam qualquer possível discrepância bíblica. Ele diz, "... Erros históricos e geográficos podem ser excluídos na condição 3; inconsistências internas em dois ou mais textos bíblicos podem ser excluídas na condição 4; e certamente, qualquer pretensão erro imaginável pode ser excluído nas condições 2 ou 5; *The Debate about the Bible* (Philadelphia: The Westminster Press, 1977), 28.
68. Lindsell, 35.
69. Ryrie, *What You Should Know about Inerrancy*, 32.
70. Lindsell, 174-176.
71. *Ibid.*, 165-167.
72. Mounce, 18.
73. Ryrie, 86.
74. Ver Lindsell, *The Battle for the Bible*, 18,19,27, para tais alegações.
75. Pinnock. "Three Views of the Bible in Contemporary Theology" in *Biblical Authority*, 67.
76. R. K. Johnston, *Evangelical at an Impasse*, 41.
77. Harrison, "Criteria of Biblical Inerrancy," Millard Erickson, ed. *The Living God.. Readings in Christian Theology* (Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1973), 314.
78. G.R. Osborne, "Redaction Criticism and the Great Commission: A Case Study, toward a Biblical Understanding of Inerrancy," *The Journal of the Evangelical Theological Society*, vol. 19 (Spring 1976), 76,84.
79. D. A. Hubbard, "What We Believe and Teach," *Theology, News and Notes* (1976), 162.
80. L. Morris, "Biblical Authority and the Concept of Inerrancy." *The Churchman* 81 (1967), 36.
81. James Orr, *Revelation and Inspiration* (New York: Scribner 1916), 198.
82. B. Ramm. "The Relationship of Science, Factual Statements and the Doctrine of Biblical Inerrancy", *Journal of the American Scientific Affiliation* 21-22 (1969), 99.
83. A alusão que Jesus faz à semente de mostarda como sendo a menor das sementes (Mt 13:31; 17:20). Os botânicos conhecem sementes ainda menores do que a semente de mostarda. Porém, na cultura das pessoas às quais Jesus estava falando, a mostarda representava a menor das sementes, pois era considerada a menor coisa que o olho poderia ver (Ver D. P. Fuller, "The Nature of Biblical Inerrancy." *JASA* [June 1972], 49). Portanto, a cultura dos ouvintes proveu Jesus de uma ilustração que ajudou a



comunicar a verdade. Buscar estabelecer a precisão científica da declaração de Jesus, é perder de vista o ponto principal de seu ensino neste caso particular. Outro exemplo pode ser encontrado em Levítico 11:6, no qual a Bíblia diz que a lebre ruma. A Escritura fala na linguagem das pessoas, pessoas em cuja forma de pensar a lebre ruma (ver F. D. Nichol, ed., *Seventh-Day Adventist Bible Commentary* (Washington, DC: Review and Herald Publishing Association, 1953), 1: 754-55)

^{84.} Klaus Runia, "What Do Evangelicals Believe about the Bible?," *Cristianity Today* (December 18, 1970); cf. P. Rees. "Embattlement or Understanding," um prefácio em *Biblical Authority*, 11.

^{85.} Tomemos como exemplo a ordem dos eventos após a entrada de Jesus em Jerusalém. Mateus aparentemente considera a purificação do templo como tendo ocorrido imediatamente à chegada de Jesus na cidade; após o que Ele saiu para passar a noite em Betânia (21:10-12,17). Marcos, contudo, nos diz que a purificação ocorreu no dia seguinte à noite passada em Betânia (11:11-12,15). De acordo com Marcos, Jesus amaldiçoou a figueira quando estava a caminho para a cidade, após a noite passada em Betânia e antes da purificação (11:12-14, 10); de acordo com Mateus, a maldição, o secamento, e as lições daí decorrentes ocorreram juntas na manhã após a purificação (21:18ss). Muito mais marcante é a divergência entre João e os Evangelhos Sinóticos sobre a data da purificação do templo. Aqui toda a extensão do ministério de Jesus separa as duas datas. No Evangelho de Lucas o chamado dos discípulos (5:7-11); a cura do leproso (4:12-13); o Sermão do Monte (6:17-38); o episódio com os discípulos de João Batista (7:20); a festa na casa de Simão (7:36ss); e alguns milagres estão completamente fora da ordem em relação aos outros Evangelhos. Para uma sólida sugestão a respeito dos motivos teológicos por detrás das discrepâncias da cronologia lucana, ver Robert B. Sloan, Jr., *The Favorable Year of the Lord* (Austin: Schola Press, 1997).

^{86.} Ellen G. White. *Mensagens Escolhidas* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985), 1:17.

^{87.} Pinnock, "The Inerrancy Debate among Evangelical," *Theology News and Notes* (1976), 12.

^{88.} Berkeley Mickelsen, "The Bible's Own Approach to Authority," in *Biblical Authority* (Waco, Texas: 1967), 87.

^{89.} Johnston, Op. Cit., 22.

^{90.} J. R. Coleman, "Biblical Inerrancy: Are We Going Anywhere?" *Theology Today* 31 (1975), 295.

^{91.} Ellen G. White, *O Grande Conflito*, 8.

^{92.} Leon Morris, *I Believe in Revelation* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1976), 133.

^{93.} Os defensores da inerrância limitada discriminam entre afirmações revelacionais e não revelacionais na Escritura, na base de uma metodologia indutiva. Então, eles concluem que a Bíblia é inerrante apenas em assuntos conectados com o conhecimento revelacional.; ver D. Fuller, "The Nature of Biblical Inerrancy," *JASA* (June 1972), 47-51.

^{94.} Pinnock, "three Views of the Bible in Contemporary Theology," *Biblical Authority*, 64.

^{95.} Heinrich Schmid, *The Doctrinal Theology of Evangelical Lutheran Church* (Philadelphia: Lutheran Publication Society, 1987), 49; Otto W. Heick, "Biblical Inerrancy and Hebrew Mode of Speech," *The Lutheran Quarterly* 20 (1968), 7.

^{96.} E. Heppenstall, "Revelation and Inspiration," *The Ministry* (August 1970), 28.

^{97.} R. H. Mounce. "Clues to Understanding Biblical Accuracy," *Eternity* (June 1966), 17

^{98.} Harold Lindsell diz: 'Eu não concedo sequer por um momento, contudo, que em um sentido técnico alguém possa reivindicar a insígnia de evangélico uma vez que tenha abandonado a inerrância' (*The Battle for the Bible*, 210).

^{99.} B. Mickelsen, "The Bible's Own Approach to Authority" in *Biblical Authority*, 93.